

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1020083-49.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS ajuizou Ação DE **COBRANÇA DA DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO — DPVAT** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 06/03/2015, do qual sofreu fraturas e lesões que resultaram sua incapacidade definitiva. Alegou que a requerida já realizou o pagamento do montante de R\$ 4.725,00. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento da diferença do valor que já recebeu administrativamente, ou seja, 8.775,00.

Juntou documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando inépcia da inicial por falta de LAUDO DO IML. No mérito, rebateu a inicial, alegando que já efetuou o pagamento da indenização que o autor faz jus, conforme já confessado por ele na própria inicial. Culminou por pedir a total improcedência do pedido contido na portal.

Sobreveio réplica às fls. 66 e ss.

Designada perícia o laudo foi encartado a fls. 97 e ss.

As partes se manifestaram às fls. 106/107 e 108.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

DA PRELIMINAR ARGUIDA A FLS. 30 – INÉPCIA DA INICIAL:

A inicial atende os requisitos mínimos exigidos pela Lei, permitindo ao Julgador conhecer da pretensão nela veiculada.

A alegação de ausência de documento essencial à propositura da ação deve ser rechaçada, pois analisando o boletim de ocorrência carreado a fls. 14 e ss. resta cristalina a ocorrência do sinistro.

Assim, afasto, pois a alegação de inépcia.

DO MÉRITO:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 06/03/2015.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 06/03/2015, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 97/101 revela que há nexo de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 23,75%, ou seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva.

Como no caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 4.725,00, não tem ele qualquer direito à complementação, uma vez que 23,75% (equacionados pelo perito) de R\$ 13.500,00 equivalem a R\$ 3.206,25.

Ou seja, o valor recebido pelo autor administrativamente é superior ao percentual apurado pelo laudo pericial.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial e condeno o autor no pagamento das custas e despesas do processo, além de honorários advocatícios que fixo em R\$ 937,00, observado o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

Publique-se e intinem-se.

São Carlos, 10 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**